

O CIDADÃO DE PAPEL

O cidadão de papel – A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil
© Gilberto Dimenstein, 1993

Os textos de abertura dos capítulos foram extraídos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, firmada pelos signatários da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948.

Os conteúdos foram revistos e atualizados em relação à 23ª edição.

| | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| Editora-chefe | Claudia Morales |
| Editor | Fabrizio Waltrick |
| Editoras assistentes | Lorena Vicini e Márcia Leme |
| Estagiária | Carla Bitelli |
| Colaborador | Paulo Nascimento Verano |
| Coordenadora de revisão | Ivany Picasso Batista |
| Revisoras | Cláudia Cantarim e Bárbara Borges |

ARTE

| | |
|-----------------------|--|
| Projeto gráfico | Caju Design |
| Capa | Carlo Giovanni |
| Diagramadora | Natália Tudrey |
| Editoração eletrônica | Vinicius Rossignol Felipe |
| Pesquisa iconográfica | Sílvio Kligin (coord.), Ana Vidotti e Josiane Laurentino |

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D578C
24.ed.

Dimenstein, Gilberto, 1956-

O cidadão de papel : a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil / Gilberto Dimenstein. - 24.ed. - São Paulo : Ática, 2012. 168p. : il.

Contém suplemento de leitura
ISBN 978-85-08-16187-4

1. Cidadania - Brasil 2. Direitos Humanos - Brasil. 3. Direitos das crianças - Brasil. I. Título.

10-5896.

CDD: 323.6
CDU: 342.71

ISBN 978 85 08 16187-4 (aluno)
ISBN 978 85 08 11715-4 (professor)
CAE 271361
Código da obra CL 738488

2017

24ª edição

7ª impressão

Impressão e acabamento:

Todos os direitos reservados pela Editora Ática S.A., 1993
Avenida das Nações Unidas, 7221 - CEP 05425-902 - São Paulo, SP
Atendimento ao cliente: 4003-3061 - atendimento@aticascipione.com.br
www.aticascipione.com.br

IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.



Gilberto Dimenstein

O CIDADÃO DE PAPEL

A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil

Prêmio Jabuti 1994 de melhor livro de não ficção.
Indicado como altamente recomendável pela FNLIJ
(Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil).

ea
editora ática

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| 1 CIDADANIA | 8 |
| 2 VIOLÊNCIA | 24 |
| 3 ÉTICA | 44 |
| 4 MORTALIDADE INFANTIL | 56 |
| 5 DESNUTRIÇÃO | 68 |
| 6 TRABALHO E RENDA | 80 |
| 7 URBANIZAÇÃO E POPULAÇÃO | 100 |
| 8 MEIO AMBIENTE | 116 |
| 9 EDUCAÇÃO | 128 |
| 10 MERCADO CULTURAL | 150 |
| CONCLUSÃO | 165 |
| SOBRE O AUTOR | 167 |

INTRODUÇÃO

Nossa sociedade parece já ter se acostumado a crianças morando nas ruas, pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, à imensa desigualdade de nosso país, ao desrespeito pelos fracos, à falta de ética, ao excesso de violência... Não é absurdo que ninguém perceba a gravidade dessas questões?

Meu principal objetivo com este livro é chamar você, leitor, à reflexão e à análise do colapso social em que nos encontramos atualmente. Mais importante: é também um convite ao combate a esse estado de coisas, a partir do incentivo à participação ativa para melhoria de nossa sociedade.

Alguns dos principais fatores que determinam o desrespeito à cidadania no Brasil são expostos por meio de exemplos próximos de nosso cotidiano, peças de um quebra-cabeça social que explica as relações entre mortalidade infantil e desnutrição, falta de escolaridade e desemprego, corrupção e precariedade dos serviços públicos... O importante é que você se sinta estimulado a pensar sobre seu papel num país de cidadãos sem direitos, em que de um lado é vítima e tem de lidar com as consequências dessa situação, e de outro pode e deve ser agente de mudanças.

A primeira edição deste livro foi lançada em 1993, e desde então temos visto crescer a disposição dos brasileiros, sobretudo dos jovens, para promover as mudanças necessárias, a fim de que a cidadania prevista na lei exista de fato na vida da população.

É verdade que podemos celebrar, nos últimos anos, uma redução da miséria e avanços na melhoria da distribuição de renda, graças ao bom desempenho econômico (o que significa mais empregos e melhores salários) e a algumas políticas sociais que garantem o direcionamento de recursos diretamente aos que devem ser beneficiados (como o programa Bolsa Família). Vemos também que a educação ganhou mais espaço na agenda do país. Mas ainda estamos muito longe de poder comemorar a substituição definitiva da “cidadania de papel” – aquela que é garantida apenas no papel, ou seja, na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, na Constituição do Brasil etc. – pela cidadania de verdade, que é um direito de cada um de nós.

Este livro, em sua quinta versão, traz como novidade uma ferramenta de apoio fundamental para alunos e professores: o site www.atica.com.br/cidadaodepapel, que contém informações complementares ao conteúdo do livro, atualização de dados estatísticos, atualidades relacionadas aos temas tratados, além de um podcast exclusivo.

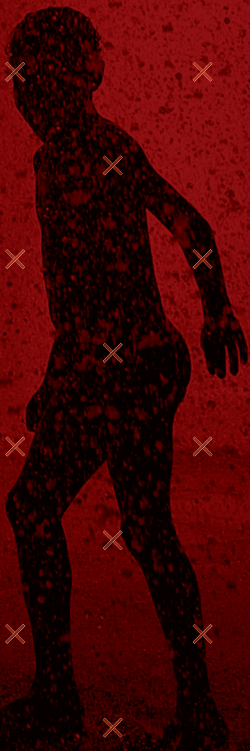
Espero que o livro *O cidadão de papel* cumpra os objetivos que pensei para ele, transformando a juventude de hoje em cidadãos que, no futuro, lutarão pela efetivação da cidadania no Brasil.

Gilberto Dimenstein

TODOS
OS SERES
HUMANOS
NASCEM
LIVRES E
IGUAIS EM
DIGNIDADE
E DIREITOS.



CIDADANIA



SINTOMAS DA CRISE

Quando andamos pela cidade, diariamente encontramos crianças de rua. Algumas ajudam camelôs ou lavam para-brisas de carros. São engraxates ou vendedores nos semáforos.

Essa cena tornou-se tão banal que nem chama mais a nossa atenção, não é mesmo? Prepare-se, então, para uma pergunta que vai parecer maluca: existe algo em comum entre você e uma criança de rua?

Certamente veio à sua mente a imagem de um menino ou uma menina dormindo em calçadas, vendendo balas ou apanhando da polícia. Eles usam roupas velhas, estão descalços, magros, sem tomar banho ou escovar os dentes.

Aí é que você achou a pergunta maluca mesmo. Afinal, você tem casa, estuda, tem no mínimo três refeições diárias, viaja nas férias.

Mais que maluca, desconfio que a pergunta lhe pareceu muito boba, certo? Mas, se você se questionar, vai descobrir que, para chegar a essa resposta, precisará mergulhar num conceito muito importante para o ser humano: a cidadania. E será necessário olhar não apenas para as ruas, mas para dentro da sua própria casa.

Percebemos a ausência de cidadania, por exemplo, quando uma sociedade gera uma criança de rua. Ela é o sintoma mais agudo da crise social. Os pais são pobres e não conseguem garantir a educação dos filhos, que muitas vezes são obrigados a trabalhar desde crianças. Por isso esses filhos, quando crescerem, vão continuar pobres, já que sem formação educacional é difícil arrumar bons empregos. E os filhos de seus filhos também não terão condições de progredir. Então surge a pergunta: a família é pobre porque não conseguiu estudar ou é porque não estudou que continua pobre?

Esse círculo vicioso não atinge só os que têm menos dinheiro. Revela uma sociedade que fecha oportunidades a todos, inclusive a você.

Escrevi certa vez um artigo¹ dizendo achar estranho que a morte de animais no zoológico de São Paulo tivesse gerado mais repercussão que a denúncia de que prefeitos faziam crianças passar fome porque desviavam recursos da merenda escolar. Essa passividade significa que já nos acostumamos à corrupção, como o desvio de verbas na área social.

Assim que o artigo foi publicado, recebi dezenas de e-mails em que me acusavam de insensível e inimigo dos animais. Isso porque escrevi que crianças também mereciam atenção!

Quase ninguém apoiou o óbvio: o fato de que deve ter algo de errado numa sociedade que presta mais atenção em animais que em suas crianças.

¹ O artigo "O escândalo do bicho" foi publicado pela *Folha de S. Paulo* no dia 15/2/2004.

Claro que o equilíbrio de uma sociedade depende da convivência harmoniosa entre o homem e a natureza. Mas depende também da relação harmoniosa entre os seres humanos – e isso nos falta.

O que temos visto são os dois extremos da perversidade social: os mais fracos, isto é, as crianças e os idosos, são as maiores vítimas. E uma sociedade que não respeita crianças e idosos mostra desprezo por seu passado e, no mínimo, indiferença por seu futuro. Vamos ao óbvio: todo mundo já foi criança e será idoso um dia.

Todos os dias vemos, ouvimos e lemos na imprensa notícias que mostram o desrespeito contra o cidadão. Alguns dizem que a falta de respeito aos direitos está tão instaurada que já faz parte de nosso dia a dia. Será que nós podemos permitir que isso aconteça?

É preciso encontrar maneiras de combater essa apatia perante situações de corrupção e desilusão com a política. Só assim será possível modificar essa engrenagem viciada.

Uma vida tocada na flauta

O vício ia tirando Charles dos palcos; entrou, enfim, no círculo vicioso da marginalidade até ir para a rua.

A flauta é o único objeto que sobrou de um fugaz passado glorioso. O resto está irreconhecível numa caverna debaixo do viaduto Costa e Silva, o Minhocão, a poucos metros da igreja da Consolação, onde mora Charles Pereira Gonçalves, na região central. As pontas dos dedos que tiravam notas musicais estão agora queimadas pelo crack. O sopro está comprometido pela tuberculose que contamina o pulmão. Trajado com roupas sujas e fétidas, Charles, olhos vazios, desistiu de tomar banho. Parece ter bem mais idade do que seus 34 anos. A combinação de doenças – além da tuberculose, ele está com pneumonia

– deixou-o esquelético e silencioso, sem vontade de conversar. Os sons que emite vêm de uma tosse constante. Quando, porém, vez por outra, ele toca seu instrumento, voltam os fragmentos da memória dos tempos em que, ainda menino, dividira o palco com músicos como o pianista Arthur Moreira Lima, o saxofonista Paulo Moura e o flautista Altamiro Carrilho. Altamiro Carrilho ficou tão impressionado ao ouvi-lo tocar um chorinho que comentou: “Só pode ser reencarnação”. Até então, não tinha visto alguém tão jovem e sem nenhum estudo musical tocar tão bem – e muito menos acreditava em reencarnação. >>

>>

O maestro Júlio Medaglia explica essa habilidade pelo ouvido absoluto, termo técnico que designa rara sensibilidade de distinguir as notas. Isso torna ainda mais difícil entender como Charles consegue viver naquela caverna embaixo do Minhocão, onde, por causa do trânsito ininterrupto de veículos, o barulho não para.

Por muito pouco, ele não viveu em ambientes radicalmente diferentes daquele, distantes da poluição sonora do viaduto. Medaglia dizia que, com estudo, o menino se transformaria em um instrumentista de renome mundial e conseguiu-lhe como professor, na Alemanha, o primeiro flautista da Orquestra Filarmônica de Berlim. “Pode ser um dos grandes flautistas do mundo”, apostou Medaglia.

Às vésperas de viajar para a Alemanha, porém, Charles começou a hesitar e a demonstrar um comportamento estranho. A droga começava a entrar na sua vida.

Quando indagado sobre o motivo por que caiu nas drogas, ele explica, entre frases confusas: “As pessoas pensavam que eu estava fora do Brasil e deixaram de me procurar. Fiquei desanimado, comecei a não ir mais para a escola e a usar drogas. Experimentei crack e me perdi”. Acompanhado de dois de seus irmãos (um deles, gêmeo), Charles

tocava nas ruas do centro de São Paulo, em 1984, quando tinha dez anos de idade. Diante do talento do filho, o pai, viúvo, treinou os irmãos para buscar dinheiro na rua. A visibilidade das ruas levou-o a gravar um disco no começo da década de 1990 e a ser chamado para shows e programas de televisão.

O vício ia tirando-o dos palcos. “Só queria crack.” Começou a faltar dinheiro. Entrou, enfim, no círculo vicioso da marginalidade até ir para a rua. Ele agora se diz disposto a dar aula particular em alguma escola. “Quería ensinar flauta para crianças pequenas.” Está consciente, entretanto, de que, viciado e tuberculoso, não pisaria numa escola. “Antes preciso cuidar de minha saúde.” Seu depoimento só mostrou mesmo emoção quando ele falou de sua única criação recente, ao se referir ao filho de um ano de idade. “Nunca vi o rosto dele, mas acredito que ele possa vir a ser um grande flautista.”

Talvez por causa do sonho de que o talento, desperdiçado, pudesse ser salvo no desconhecido filho, ele tirou a flauta do bolso do paletó e tocou um chorinho. Nessa vaga esperança, era como se sua vida ainda pudesse ser tocada na flauta.

Gilberto Dimenstein. *Folha de S. Paulo*, 23 mar. 2008. (Folhapress.)

DIREITO DE TER DIREITOS

Cidadania – uma palavra usada com frequência, mas que poucos entendem o que significa – quer dizer, em essência, a garantia por lei de viver dignamente. É o direito de expressar as próprias ideias; de votar em quem quiser sem nenhum tipo de constrangimento; de processar um médico ou hospital por negligência ou imperícia; de devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta; de não sofrer discriminação por ser negro, indígena, homossexual, mulher; de praticar livremente qualquer religião.

O direito de ter direitos foi uma conquista árdua da humanidade. No Brasil, por exemplo, demorou muito tempo para que as pessoas tivessem o direito de votar e escolher seus governantes. Muita gente deu a vida na luta por essa conquista. Mais tarde, outros batalharam para que você pudesse usufruir desse direito a partir dos 16 anos.

Na História não faltam exemplos de luta por liberdade e igualdade. A mais emblemática, sem dúvida, foi a Revolução Francesa, em 1789. No século XVIII, a Europa vivia ainda sob o regime absolutista, no qual o rei tinha poderes ilimitados e tirânicos, legitimados pela crença de que o governante

✘ **Abaixo. Qualquer forma de discriminação é proibida por lei e deve ser combatida. Em 1932 finalmente foi dado às mulheres o direito de votar. A foto mostra uma mulher no momento da votação, dois anos após o voto feminino ser liberado.**



Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo / Agência Estado

era o representante de Deus na Terra. Coube aos filósofos iluministas – como Rousseau e Voltaire – apontar os vícios desse regime e apregoar a importância da liberdade como um direito natural do indivíduo. Isso abriu caminho, na França, para a Revolução – um marco na luta pela igualdade.

Desde então, os direitos dos homens foram se ampliando e se aprimorando. A escravidão infligida aos povos africanos no mundo ocidental aos poucos foi abolida. Dá para imaginar nos dias de hoje uma nação defendendo a importância dos escravos para a economia? Pois esse argumento foi usado durante muito tempo no Brasil. Os proprietários de terras alegavam que, sem a mão de obra escrava, o país sofreria um colapso econômico. Eles se achavam no direito de açoitar e até de matar os escravos que fugissem ou cometessem algum outro ato de “desobediência”. Nessa época, o direito ao voto era um privilégio concedido apenas aos que tinham dinheiro. E só podia se candidatar a qualquer cargo público quem fosse rico.

Felizmente, nos últimos séculos, os trabalhadores conquistaram vários direitos em todo o mundo. Imagine que na Europa, até há pouco mais de cem anos, crianças eram submetidas a quinze horas diárias de trabalho em tarefas pesadas nas fábricas. E sem direito a férias.

As mulheres, sempre relegadas a segundo plano, aos poucos conquistaram o direito de voto. No Brasil, esse direito chegou em 1932. Para os analfabetos, só com a Constituição de 1988.

Em 1948, ainda no calor do final da Segunda Guerra Mundial e da vitória sobre as forças totalitárias da Europa, surgiu a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, aprovada pela ONU (Organização das Nações Unidas). Inspirada no documento elaborado durante a Revolução Francesa, a *Declaração* consagrou a visão de que, além da liberdade de votar e seguir livremente suas convicções, o homem tem direito a uma vida digna.

A luta pelos direitos humanos mudou a cara e o mapa do mundo no final do século XX. Com o fim da União Soviética, muitos países do Leste europeu aderiram à democracia. Os países da América Latina, submetidos a décadas de ditadura, viram surgir a partir da década de 1980 presidentes eleitos democraticamente. Entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, sob pressão da opinião pública mundial, desfez-se na África do Sul o vergonhoso regime de segregação racial – o *apartheid*.

Neste início do século XXI, podemos constatar uma porção de melhorias. Em 2008, pela primeira vez na História, um cidadão negro foi eleito presidente dos Estados Unidos: o senador Barack Obama, do Partido Democrata. Em 2010, o Brasil elegeu sua primeira presidenta da República, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Mas nossa sociedade ainda tem muitos problemas a solucionar. Violência, desemprego e drogas, por exemplo, são males que atormentam a vida das pessoas, atingindo a todos independentemente da classe social em que estão inseridas.

E QUANTO ÀS CRIANÇAS?

Os direitos das crianças têm recebido cada vez mais atenção. O primeiro passo foi dado em 1959, quando a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou a *Declaração Universal dos Direitos da Criança*, que consiste em dez princípios:

1. **Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião, sexo ou nacionalidade.**
2. **Direito à proteção especial para seu desenvolvimento físico, mental e social.**
3. **Direito a um nome e a uma nacionalidade.**
4. **Direito à alimentação, à moradia e à assistência médica adequadas para a criança e a mãe.**
5. **Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente.**
6. **Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.**
7. **Direito à educação gratuita e ao lazer.**
8. **Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofe.**
9. **Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho.**
10. **Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.**

Ao longo deste livro, veremos que alguns desses direitos ainda são acintosamente desrespeitados em nosso país. Mas observaremos, também, o outro lado da moeda: a gradual melhora da qualidade de vida de crianças e jovens.



